II - Atenção a pessoas em situação de violência sob as perspectivas do ciclo de vida e das vulnerabilidades

9. Famílias que se comunicam através da violência

Fátima Gonçalves Cavalcante
Miriam Schenker

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CAVALCANTE, F. G., and SCHENKER, M. Famílias que se comunicam através da violência. In: NJAINE, K., ASSIS, S. G., and CONSTANTINO, P. *Impactos da Violência na Saúde* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, pp. 205-221. ISBN: 978-85-7541-588-7. Available from: doi: [10.7476/9788575415887.011](https://doi.org/10.7476/9788575415887.011). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/7yzrw/epub/njaine-9788575415887.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

9. Famílias que se comunicam através da violência

Fátima Gonçalves Cavalcante e Miriam Schenker

Neste capítulo, discutimos o funcionamento de famílias com dinâmica de violência, a partir de um estudo de caso e da reflexão sobre o vídeo *Não é fácil, não! – Prevenindo a violência de homens contra mulheres*, disponível no site: www.noos.org.br.

A violência na família, tema estudado sob uma ótica mais conceitual na Parte I, é aqui tratada novamente por ser pouco vista pelos serviços de saúde como um grupo vulnerável que necessita de acolhimento e intervenção.

Mais do que o atendimento à vítima de violência, este capítulo tem a intenção de olhar o problema sob o prisma do núcleo familiar, esclarecendo as diretrizes do tratamento e as formas de apoio ao todo e a cada um de seus membros, e enfatizando a importância dos cuidados éticos a serem tomados em qualquer intervenção ou apoio.

Também são descritas diferentes estratégias de atendimento e definidas algumas metas para um serviço eficaz com famílias afetadas pela violência. Ao final, há exercícios para auxiliar o aluno a integrar o aprendizado aqui obtido e contextualizá-lo em sua realidade local.

CASO HISTÓRIA DE FAMÍLIA

A grande família

Tom e Dito

Esta família é muito unida

E também muito ouriçada

Brigam por qualquer razão

Mas acabam pedindo perdão...

Conheça a letra completa da composição de Tom e Dito no site:

<http://Dudu-nobre.lettras.terra.com.br/lettras/45592/>

Cena 1

Antônio, 45 anos, e Graça, 40 anos, têm um casal de filhos: João, de 17 anos, e Júlia, de 14. Quando assumiram o relacionamento, há vinte anos, Graça sabia que Antônio consumia bebidas alcoólicas abusivamente. Quando jovem, ela acreditava que iria conseguir ajudá-lo a parar de beber. No entanto, o tempo foi passando e Antônio, em vez de diminuir o consumo de álcool, só o aumentava, acarretando problemas como constante mudança de trabalho, reações agressivas em relação a Graça, aos filhos, e impulsividade com parentes e amigos. Crises de ciúme exageradas tornaram-se cada vez mais frequentes e graves, com aumento da agressividade contra a esposa, a ponto de tê-la ameaçado com uma faca. O filho mais velho passou a enfrentar o pai, quando estava bêbado, e isso resultou em situações de grande violência e risco.

Diante da gravidade do quadro, Graça decidiu procurar auxílio. Envergonhada e desconcertada, ela não sabia exatamente como agir e pensava se teria coragem para contar ao médico sobre seus problemas familiares. Sentiu-se insegura e temerosa com a possibilidade de Antônio vir a saber, porém decidiu que tentaria algum tipo de ajuda, tendo pedido o apoio de seu filho João.

Para refletir

Liste os tipos e as formas de violência que você identifica no cotidiano de Antônio e Graça.

Pense sobre o que leva uma família a perpetuar uma situação de violência e anote prováveis motivos.

Texto para reflexão sobre a Cena 1 do caso *História de família*

A violência só pode ser compreendida no contexto social que a produziu, levando em conta os fatos e a representação que eles adquirem para as pessoas da família, da comunidade, dos serviços que irão acompanhá-las. Na medida em que a violência aparece na “relação cotidiana” da família de Antônio e Graça, afetando a todos (marido, esposa, filhos, parentes e amigos), é preciso compreender as várias faces desse campo de forças desigual em que pais e filhos ficam presos a um determinado papel social e custam a reconhecer a gravidade do problema. A piora do alcoolismo de Antônio, ao longo dos anos, vitimou todos de uma forma violenta, levando o filho mais velho a um confronto corpo a corpo com seu pai, numa exposição a riscos cada vez maiores.

Nesse caso, a violência assume gravidade e a dinâmica familiar reage, também com violência, para fazer face às explosões de comportamento que se tornaram mais frequentes e rotineiras. Parece que todos tinham chegado a um limite intolerável. A coragem de Graça para buscar o serviço de saúde veio acompanhada da solidariedade do filho mais velho, que se sentia ameaçado em sua integridade física e mental. A essa altura, Graça encontrava-se fragilizada e com a auto-estima muito baixa. Antônio se envergonhava de suas atitudes nos poucos momentos em que estava sóbrio, mas não conseguia interromper a sua compulsão pela bebida e estava ficando cada vez mais desconfiado e perseguido em relação às condutas de sua esposa, criando suspeitas e fazendo ameaças que feriam ainda mais a auto-imagem de Graça. Era preciso interromper o ciclo de violência.

CASO HISTÓRIA DE FAMÍLIA

Cena 2

Graça chegou à unidade de saúde temerosa. A presença do filho João a deixava com a sensação de conforto e segurança. Enquanto aguardava o médico, ela se lembrou de como Júlia, sua filha caçula, andava tendo crises de choro constantes, ficava jogada pelos cantos e apresentava problemas na escola. Isso a preocupava, embora não soubesse o que fazer. Contudo, ela não entendia como o filho João encontrava forças para enfrentar seu pai e ainda conseguia estudar e trabalhar, tentando convencer a mãe, já fazia algum tempo, a buscar ajuda.

Quando Graça se lembrava de seu marido, ainda jovem, vinha aquela alegria perdida e um pouco de esperança. Será que ele poderia melhorar? Mas logo a tristeza e a depressão a abatiam, pois sua vida tinha se transformado num misto de tensão e medo. No dia a dia da família, eram frequentes ataques repentinos de violência e curtos períodos de paz em que “milagrosamente” a violência parecia cessar, mas não acabava. Quando Graça se recordava da história de seu pai e da história dos pais de seu marido, o alcoolismo então parecia um mal que tinha vindo mesmo para ficar e ela já parecia até conformada com tanta dor, tanta humilhação e tanto sofrimento. João interrompeu o pensamento de sua mãe, como se o captasse, e disse: “Mãe, você anda muito conformada e muito acostumada aos maus-tratos do pai. Isso tem que parar, isso não pode mais continuar assim. Vamos ver se o médico pode nos ajudar”.

Depois de algumas horas, o Dr. Ricardo, um médico experiente e atencioso, recebeu mãe e filho para uma consulta. Histórias como a de Graça, o doutor Ricardo já conhecia bastante. Depois de uma escuta atenta, ele chamou Antônio

foi à consulta com sua esposa e acabou gostando do modo como o doutor Ricardo o recebeu, escutou e orientou. Ele já havia se esquecido de como poderia ser apoiado de um jeito que lhe parecia novo, diferente. Antônio se sentiu confiante para falar de todo o seu sentimento de desamparo, da perda de confiança das pessoas à sua volta, das oportunidades de emprego perdidas, de como vinha magoando sua companheira e seus filhos. Graça não parecia acreditar que estava escutando tudo aquilo. Antônio se lembrou do alcoolismo de seu pai e de como sua mãe, ele e seus irmãos foram agredidos. Doutor Ricardo, percebendo o sentimento de fragilidade e de impotência que acompanhava Antônio, ofereceu ajuda individual. Antônio continuou sendo visto pelo doutor Ricardo e foi encaminhado para os Alcoólicos Anônimos (AA), e para a terapia de família com a nova psicóloga do posto de saúde, a Vera.

Pela primeira vez, Graça se sentia um pouco aliviada. Tinha valido a pena todo seu esforço e de seu filho para convencer o marido a ver o doutor Ricardo, um médico que o havia convidado para uma conversa e queria apenas conhecê-lo. Afinal, ele já havia conseguido ajudar muitos outros homens na situação de Antônio e não custava nada fazer ao menos uma tentativa. Eles fizeram exatamente do jeito que o doutor Ricardo orientou e seguiram as instruções para não desistirem, mesmo que Antônio se recusasse de início.

Aquela consulta com o doutor Ricardo foi muito importante para Antônio e Graça. Um novo horizonte se abriu. Embora assustado e temeroso, Antônio decidiu ir às demais consultas com seu médico; afinal, depois de tantas perdas ele precisava ganhar algo. Aquelas conversas e o grupo do AA foram trazendo à tona coisas que ele nem sabia que poderiam ser tratadas. Antônio não esperava aprender a ver a vida de um jeito diferente.

Antônio, Graça e os filhos passaram a frequentar as consultas com Vera, a terapeuta de família. De início, Graça se sentia confusa e muito envergonhada, com olhar cabisbaixo, postura envelhecida, mas aos poucos foi vendo que aquele jeito de conversar ajudava a ela e a sua família. João surpreendia com sua força e vontade de superação, e Júlia foi se sentindo mais amparada, aprendendo aos poucos a falar sobre os seus sentimentos. Novas formas de comunicação e negociação foram sendo descobertas e a família passou a acreditar nas pequenas mudanças que iam se fazendo presentes. A família de Antônio e Graça tinha muitos desafios a superar e havia sempre o medo das recaídas de Antônio. À medida que a mãe, os irmãos e a relação do casal se fortaleciam, Antônio adquiria mais condições de ser amparado e orientado a retornar às consultas com o doutor Ricardo.

Para refletir

Por que foi tão difícil para essa família decidir buscar ajuda médica?

O encaminhamento da família foi adequado? Explique as razões.

Que possibilidades se abrem para Antônio com o atendimento prestado pelo doutor Ricardo e pelos Alcoólicos Anônimos?

Texto para reflexão sobre a Cena 2 do caso *História de família*

A violência não pode ser analisada de maneira simplista. Não basta responsabilizar o agressor, nem criminalizar a pobreza, nem demonizar o usuário de drogas ou reduzir a violência à questão de segurança pública ou de polícia. O problema de Antônio e Graça tem origem geracional e necessita de alguma intervenção que acolha a família e lhe ofereça meios de escutar e compreender a sua própria história, de identificar, reconhecer e prevenir os efeitos nocivos da violência, e de encontrar formas de interromper esse ciclo. A violência intrafamiliar tem sido apontada como aquela de maior ocorrência, aquela que se faz “entre quatro paredes” e que é, na maioria das vezes, acobertada pelo silêncio das vítimas, sem que lhes sejam concedidas qualquer chance de defesa.

Observamos, nesse caso, que essa família já se estruturou, desde o início, dentro de uma dinâmica em que a violência se consolidou como uma forma de comunicação. O alcoolismo de Antônio avançou sem limites e contra ele se insurgiu o filho, numa contraviolência, uma forma de defesa que faz uso da força como meio de frear a violência. É comum em terapia de família, em casos de violência, se observar a mudança de papéis de quem ocupa o lugar do agressor. Por essa razão é preciso olhar para os papéis do agressor e da vítima de um modo cuidadoso e não cristalizado, procurando compreender, acima de tudo, a dinâmica que se instalou e os modos de interação, de comunicação, incluindo os silêncios que contribuem para perpetuar a violência.

É preciso entender a família como uma organização com uma dinâmica que inclui a **violência em suas relações**. Quando as relações se desorganizam, como nesse caso, o potencial destrutivo se amplia, gerando nas pessoas uma falta de contenção das emoções e dos conteúdos – amor, raiva, medo, alegria, agressividade, sexualidade –, o que ocasiona enorme prejuízo para a saúde do grupo familiar.

Observam-se nessa família, assim como em muitas outras com dinâmica de violência, algumas das seguintes dificuldades (FERRARI; VECINA, 2002):

- intensa dificuldade na comunicação entre seus membros, principalmente em relação a vivências emocionais; uso de mentiras, segredos e mensagens de duplo sentido.
- silêncio compartilhado pelo agressor e pela vítima em função do medo da exposição, da retaliação e das possíveis perdas, e do ataque às próprias percepções ou cumplicidade inconsciente com o agressor.
- a vítima nega o que ocorreu e o que sentiu como forma de se proteger dos conflitos e, desse modo, não procura ajuda; a negação da ajuda está relacionada ao medo de desestruturar a família, ou de perder pai ou mãe; o agressor dificilmente reconhece a responsabilidade pelo ato praticado.
- sentimentos de autodesvalorização, baixa auto-estima e negação da importância e interesse pelo outro; diminuição da confiança nas próprias percepções e impotência; é comum a projeção de sentimentos de depreciação dos profissionais, justamente devido a todas essas emoções anteriormente descritas.
- dificuldade de reconhecer, aceitar e respeitar os limites; uso de poder de forma abusiva pelo agressor; omissão da função interdutora (ocupa o lugar de quem não pode fazer nada); dúvida sobre seus direitos; incapacidade de defender a si e aos filhos.
- dificuldade em se socializar e inserir culturalmente os filhos; isolamento social acentuado e fechamento dentro do núcleo familiar.

Resiliência é a forma como superamos os problemas. Entende-se o conceito sob a ótica da organização individual, de grupos ou instituições em que “persistentemente predomina a busca de resolução dos problemas, visando ao crescimento e ao desenvolvimento.”

No entanto, apesar de tantas dificuldades nas situações de violência, há pessoas que reagem de um modo mais favorável, como até certo ponto constatamos ao ver João, filho do casal, com capacidade de prosseguir com sua vida, seus estudos e seu trabalho, apesar da desorganização familiar. Por isso, podemos dizer que João foi **resiliente** e, em certa medida, pareceu ter uma auto-estima mais preservada.

Para refletir

Quais seriam as suas sugestões para o acolhimento a essas famílias?

Seu olhar sobre as diferentes situações de violência analisadas modificou?

A importância do apoio a famílias com dinâmica de violência

É preciso multiplicar os serviços e as iniciativas de atendimento às famílias com dinâmica de violência em nosso país. As famílias que vivem e sofrem violências inspiram atenção e proteção para que possam ser verdadeiramente cuidadoras, afetuosas e atentas às necessidades de seus filhos. É preciso olhá-las, buscando enxergar seu dinamismo, e não apenas ver a “desestruturação”. O desafio é justamente explorar as capacidades protetoras e afetivas, em que se costuma observar somente fracassos e transgressões. Para isso, é preciso despir-se de preconceitos e rótulos, o que só é possível com reflexões, debates em equipe e coragem para enxergar novos ângulos e descobrir novos significados.

Esse tema é aqui desenvolvido a partir de uma pesquisa que analisou serviços de atenção a famílias com dinâmicas de violência doméstica (DESLANDES et al., 2004). O diferencial desse estudo foi refletir criticamente sobre as práticas e o sistema de acompanhamento às famílias e seus filhos, vítimas de violência, em serviços de referência de cidades das cinco regiões do país, comparando organizações governamentais e não-governamentais, traçando diretrizes para políticas públicas nessa área, e reforçando o papel das famílias como agentes de proteção. Além disso, tomamos como base outro estudo sobre o fim do silêncio na violência familiar, organizado por Ferrari & Vecina (2002) do Instituto *Sedes Sapientiae*, que norteia teoria e prática sobre apoio a famílias com dinâmica de violência.

A seguir são apresentados alguns parâmetros básicos para se pensar a família afetada pela violência no contexto do mundo moderno.

Na década de 1970, costumava-se falar em “enfraquecimento das famílias” ou “famílias em crise” mediante um modelo de família ideologicamente concebido como portador de “sólidas estruturas”, tendo como referência o casamento monogâmico, apoiado no casal estável com papéis sexuais repartidos entre os cônjuges. Com a queda da taxa de nupcialidade e o aumento de outras formas de casamento, redescobri-se, nos anos 1990, a importância dos laços familiares e da revalorização dessa instituição na sociedade ocidental contemporânea, enfocando os seus “papéis protetores” e valorizando o espaço para desenvolvimento de “relações interpessoais” (SEGALEN, 1999).

- Você poderá ampliar seus conhecimentos lendo o livro *Famílias: parceiras ou usuárias eventuais – análise de serviços de atenção a famílias com dinâmica de violência doméstica contra crianças e adolescentes*, publicado em parceria pelo Claves e pelo Unicef, sob a responsabilidade de Suely F. Deslandes, Simone G. Assis e Helena O. Silva (2004).
- Você também encontra um rico material sobre o tema no site do Instituto Sedes Sapientiae: www.sedes.org.br/

Desde a última década, fala-se em “famílias” no plural tendo a mãe como eixo-central, apoiada numa rede de parentesco alargada, com diferentes recomposições familiares. Apesar de as definições terem sido abaladas, a noção de família no imaginário social ainda é idealizada a partir do modelo de “família nuclear”. No entanto, segundo Sarti (2003), com as novas configurações familiares (recasamentos, famílias monoparentais, uniões de homossexuais etc.), a ideia de “núcleo” é ultrapassada, uma vez que a configuração das famílias acontece em “rede” – redes de relações nas quais interagem os sujeitos e se busca prover os recursos materiais e afetivos.

Hoje, diante de avanços científicos e das novas possibilidades de doação de óvulos, fecundação por inseminação artificial ou *in vitro*, entre outros aprimoramentos, o nascimento de um filho pode não mais ser oriundo de um casal, alterando a noção de paternidade e maternidade e gerando incerteza sobre a natureza dos laços entre pais e filhos. Há ainda a questão da família adotiva, com novos desafios em relação à formação de laços familiares e às diferenças étnico-culturais das famílias brasileiras, com tantas diversidades sociais, que apontam para a necessidade de se pensar a família tendo como base suas múltiplas formas de constituição.

Com tantas transformações e arranjos, a família ainda desperta expectativas e idealizações no imaginário social. Espera-se que ela seja capaz de produzir cuidados e proteção, aprendizagem de afetos, construção de identidades e vínculos de pertencimento. Essas possibilidades dependem do contexto em que se vive, do apoio que se recebe (ou não), da inclusão social alcançada. Além de sofrer influência de seu entorno, a família também pode contribuir para mudar o cotidiano de sua comunidade, unindo-se a outras, podendo alterar padrões sociais mais amplos. No entanto, em condições de pobreza, o potencial protetor e relacional da família apenas é otimizado se recebe atenções básicas (CARVALHO, 2002).

Violência familiar

Conforme foi descrito no Capítulo 3 da Parte I, mais do que uma agressão ou agravo provocado por uma pessoa da família contra outra, os atos violentos constituem abuso de poder, ao romper elos de confiança ou fazer uso da força.

Os maus-tratos no interior da família ocorrem num contexto de violência psicológica e de exploração, o que Finkelhor (1983) denomina “lavagem cerebral”. Além de explorar e maltratar psicologicamente as vítimas, os agressores fazem uso de seu poder na família para controlar e manipular a percepção dos agredidos. Assim, os filhos maltratados são

referidos como ruins e incontrolados; as esposas são persuadidas a se sentirem incompetentes, histéricas e frígidas; os maridos são bombardeados na sua auto-imagem levando, de roldão, sua auto-estima.

Portanto, os efeitos da violência familiar podem ser devastadores, uma vez que a família é o primeiro grupo de construção social da realidade para os seus membros, havendo então distorções da realidade e comprometimentos da auto-imagem na dinâmica vítima-agressor. Diante da falta de mecanismos de regulação social que impeçam a violência, ela acaba sendo praticada porque pode ser praticada. Por isso, no tratamento é preciso deixar claro à pessoa que pratica a violência familiar que ela “não pode tomar tal atitude”, é preciso “cancelar a sua licença para fazê-lo”, como diz Gelles (1983). Não se trata de rotular essa pessoa de “abusador” ou “agressor”, o que teria um efeito nocivo, mas de fazê-la entender que é responsável pelo ato abusivo.

É preciso interromper o ciclo de reprodução da violência. Ela pode atravessar muitas gerações, considerando a aprendizagem social e a repetição de situações não resolvidas entre avós-pais-filhos. Além disso, estudos mostram haver conexão entre a violência física contra criança e adolescente e a concomitante violência entre o casal. Na realidade, é rara a prática de apenas um tipo de violência.

Os papéis sociais geralmente ordenados por inúmeros autores e pelo senso comum como de “agressor” e “vítima” denotam um estatismo que não corresponde à dinâmica intrapsíquica e interpessoal do ser humano. Isso significa que a pessoa abusadora pode estar sendo concomitantemente abusada, de forma sutil ou não. E também que aquela que sofre a violência pode passar a ter esse mesmo comportamento com os demais. Por exemplo: os papéis da mulher na família abusiva podem ser de agressora e/ou de submissão e humilhação. Se vítima da violência, ela começa sendo abusada como esposa, podendo passar a ser conivente, a assistir ou até a ajudar nos rituais de violência e abuso dos filhos e filhas. A agressão da mulher aparece mais comumente na relação com seus filhos, podendo ocorrer desde tenra idade. Fato é que se o ciclo da violência não for interrompido, poderá acontecer a reprodução do abuso ao longo das gerações.

A vulnerabilidade do idoso também o deixa refém de circunstâncias hostis na família, como já foi detalhado anteriormente, quando abordamos os ciclos vitais.

Para refletir

Já conhecemos algumas situações de violência intrafamiliar. Quais os principais desafios observados em sua prática com famílias?

O enfrentamento da violência intrafamiliar envolve reflexão sobre questões importantes para a compreensão e o desenvolvimento do papel dos pais; para a diferenciação das funções do homem e da mulher; para maior compreensão e respeito pela infância e adolescência e para tomada de consciência dos cuidados prestados ao idoso. É importante promover diferentes modos de se comunicar, dar sentido e transformar os atos violentos, desenvolvendo noções de limite, diferenciações entre os sexos e as gerações, construindo uma cultura de promoção e garantia dos direitos humanos que se estenda a um sistema ampliado de apoios e solidariedade.

Entre os aspectos que colaboram para um bom atendimento à família estão: boa acolhida dos profissionais; construção de um vínculo de confiança; oferta de um espaço seguro de escuta; apoio e compartilhamento das situações vivenciadas; prontidão nos atendimentos; oferta de cuidado que focalize a dinâmica familiar como um todo, e não apenas a díade vítima-agressor. Espera-se que as famílias tenham condições de se reorganizar, administrar o seu cotidiano; manter relações afetivas entre os membros; restabelecer a confiança nos elos familiares; proteger seus membros; conter os abusos; melhorar a comunicação intrafamiliar; suprir as necessidades de apoio e desenvolvimento de todos.

Atendimento à família

Em vez de se focar a responsabilização da família sobre as situações de violência, é importante valorizar a família e seu potencial de cuidadora, no sentido de promover “ambientes familiares saudáveis”. É preciso vencer o isolamento que costuma acompanhar as famílias afetadas pela violência. Embora muitas vezes se vejam isolados, os profissionais devem atuar em rede, havendo necessidade de um trabalho em equipe com abordagem interdisciplinar.

É crucial promover uma escuta empática – e não uma escuta burocrática, mecânica e fria – com a finalidade de valorizar as formas de comunicação, a auto-estima, o potencial da família e o fortalecimento dos

vínculos. Deve-se evitar a díade agressor-vítima, tomando a família e sua dinâmica como foco de atenção.

A reincidência da agressão é outro problema a ser enfrentado, sendo necessário identificar os fatores de risco associados a ela. O sucesso do atendimento está em interromper a violência e trabalhar na transformação das estruturas sociais que causam ou potencializam esse ciclo. Para tanto, é preciso enfrentar as normas e os valores que legitimam a violência, garantindo direitos e a implementação de leis que protejam as pessoas e reduzam as desigualdades econômicas e socioculturais.

Há formas diferenciadas de atendimento a crianças, adolescentes e famílias (agressores ou não) vítimas de violência nas instituições. Em geral, as unidades têm como primazia o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e negligência; os abusos físicos também são muito comuns, e o abuso psicológico é o tipo menos percebido. Os casos costumam ser encaminhados aos serviços referenciados para vítimas de violência pelo Conselho Tutelar, Vara da Infância e Juventude, Vara da Família, Delegacia da Mulher, Ministério Público, serviços de saúde, escolas e, menos frequentemente, pela própria família. Muitas vezes, a falta de preparo de alguns conselheiros tutelares reproduz uma postura de culpabilização e julgamento moral, o que deixa os familiares mais acuados e temerosos. Uma escuta e abordagem diferenciadas são importantes para uma ajuda efetiva e eficaz à família. Em seguida descrevemos algumas das principais estratégias construídas para abordar as crianças, os adolescentes e as famílias.

Tipos de intervenção com crianças, adolescentes e famílias com dinâmica de violência

Entrevista individual com a criança ou o adolescente – identificar o perfil social e psicoeducativo, e observar as características de cada criança ou adolescente; descrever situações da vida e realizar um diagnóstico sociofamiliar; realizar encontro empático, lúdico e que favoreça o vínculo, especialmente com crianças pequenas.

Entrevista com familiares – conhecer melhor a criança, o adolescente, o casal e o idoso; conhecer a condição socioeconômica da família e a rede de apoio; obter informações sobre a história de vida do pai, da mãe, dos filhos e de outros integrantes da família; compreender a dinâmica familiar.

Visita domiciliar – conhecer o ambiente familiar, a situação socioeconômica e a comunidade de origem, criando relação de confiança e de parceria. É uma boa estratégia de envolvimento da família, pois permite uma atuação mais direta no cotidiano, podendo se tornar alvo de ações preventivas.

Atendimento psicoterápico individual com a criança ou o adolescente – oferecer apoio psicológico com o uso de recursos lúdicos e expressivos; compreender os efeitos do abuso e construir formas de interromper; acolher e tratar o sofrimento dele resultante.

Atendimento psicoterápico com a família – favorecer o funcionamento saudável do sistema familiar; compreender e mudar padrões de interações na família; trabalhar a escuta e a expectativa da família; favorecer a fala sobre os conflitos, melhorando a comunicação intrafamiliar, a noção de limites e fronteiras, e os papéis entre gerações; interromper o ciclo da violência.

Grupos de crianças e adolescentes – propiciar uma vivência positiva, resgatando a espontaneidade, liberando o potencial criativo e proporcionando a convivência com pares que passaram por situações semelhantes; favorecer a (re)elaboração da experiência traumática; ajudar a compreender que a responsabilidade do abuso é do adulto, evitando a introjeção da culpa por parte da criança vitimizada.

Grupos de pais – refletir sobre o cotidiano, buscando alternativas para as dificuldades encontradas; exercitar a construção de soluções para os problemas relacionais com o uso de recursos próprios, elevando a autoestima; mobilizar as famílias a construir um espaço social mais digno para si mesmas, com o desenvolvimento de seu papel de educadoras/cuidadoras dos filhos; esclarecer o papel dos pais, trabalhando a colocação de limites com afetividade e orientar sobre as diferentes etapas do desenvolvimento infantil. É interessante trabalhar o grupo com jogos ou dinâmicas, fazendo a escolha conjunta do tema e o compartilhamento de vivências. Na prática, a participação é quase exclusivamente das mães.

Grupos com autores de agressões – construir um espaço seguro e de acolhimento para a tomada de consciência das implicações e das razões dos atos violentos praticados, buscando novas formas de lidar com as situações-problema, desenvolvendo maior tolerância e formas mais apropriadas de lidar com as ansiedades. Há casos em que esse tipo de

atendimento funciona melhor quando a pessoa vem encaminhada pela Justiça. Ainda é um recurso pouco utilizado e que necessita ser mais difundido.

Há dificuldades para a família reconhecer a violência como parte de seu cotidiano e como uma violação dos direitos da criança, do adolescente, da mulher, do homem ou do idoso (quando for o caso) e das consequências para a saúde. Há ainda o desafio, para os familiares, de analisar a própria história pessoal, comumente marcada pela violência e pelo excessivo sofrimento durante a infância. A dificuldade é maior quando se trata de abuso sexual, seja pela vergonha, seja por ter de admitir que o(a) companheiro(a), o pai ou a mãe foram os responsáveis por tais atos.

O apoio psicológico é recomendado em muitos casos, tendo como objetivo: conhecer e compreender as diferentes situações de violência apresentadas, com seus múltiplos fatores; promover ou ajudar os mais vulneráveis a aprender a “pedir ajuda”; rever os papéis femininos e masculinos e as diferenças entre gerações, trabalhando as dificuldades de relacionamentos dentro da família; ressignificar a vida, com abertura para novas perspectivas; dar suporte e encorajamento para enfrentamento das dificuldades pessoais e de conjuntura familiar, ajudando a família a reescrever suas histórias, com melhores perspectivas de vida e de futuro.

Para refletir

Que dificuldades você sente para ajudar uma família com dinâmica de violência?

Apesar de tais dificuldades, o que é possível fazer para interromper a violência?

Considerações éticas com a qualidade da intervenção (BRASIL, 2002)

Sigilo e segurança – o compromisso da confidência é fundamental para conquistar a confiança do cliente. No caso de crianças e adolescentes, o profissional é obrigado por lei a notificar ao Conselho Tutelar, como uma medida de proteção. Mesmo diante da denúncia ao CT, o sigilo será mantido. A necessidade de intervenção na família visa ao resgate do papel dos pais e a garantia da segurança das crianças e dos adolescentes.

A intervenção não pode provocar maiores danos – o ato de expor detalhes muito pessoais e dolorosos a um estranho pode fragilizar ainda mais

a vítima, provocando fortes reações negativas. O profissional deve estar capacitado a desenvolver uma atitude compreensiva, e não julgadora. Deve evitar que a pessoa entrevistada seja interrogada mais de uma vez, por mais de um interlocutor, sobre os mesmos aspectos do problema.

Respeitar o tempo, o ritmo e as decisões das pessoas – ao sofrer violência, cada pessoa lida com as situações da maneira que acredita ser a melhor, não estando muitas vezes pronta para aplicar as orientações e os auxílios recebidos. Não é papel do profissional acelerar esse processo ou tentar agilizar a decisão de seus clientes, tampouco culpabilizá-los por permanecerem na relação de violência. É preciso saber respeitar o tempo e investir na capacidade das famílias para enfrentar os obstáculos.

Os profissionais devem estar atentos ao impacto da violência em si mesmos – a violência intrafamiliar afeta todos os que se envolvem com ela, inclusive os profissionais. O contato com situações de insegurança, risco e sofrimento desperta questionamentos e gera sentimentos de impotência em função da impossibilidade de obter soluções imediatas, exigindo dedicação e cuidado para buscar o alívio de suas próprias tensões. É preciso criar oportunidades sistemáticas de discussão, sensibilização e capacitação das equipes para expor e trabalhar seus sentimentos e reações.

Estratégias de atendimento às famílias

Os serviços que atendem as famílias com dinâmica de violência precisam ter clareza dos propósitos e da abrangência de sua atuação, estabelecendo vínculos consistentes e contínuos com os Conselhos Tutelares e parcerias comunitárias. É fundamental uma articulação com as demais entidades, estabelecendo uma verdadeira atuação em rede. A composição das equipes deve ser de caráter multidisciplinar e deve conter profissionais com formação em terapia de família. É preciso assegurar as seguintes competências profissionais para a atuação nessa equipe: capacidade de negociação, empatia, sensibilidade e respeito às diferenças. É necessário investir na capacitação profissional de todos os membros da equipe, inclusive de profissionais de apoio, além de proporcionar suporte psicológico ao profissional e supervisão técnica para a discussão dos casos.

Atualmente, os serviços que dão apoio a famílias afetadas pela violência priorizam o atendimento da mãe e da criança ou adolescente vítimas, de

modo que nem o pai, nem os irmãos costumam ser envolvidos no acompanhamento prestado, quando se trata de violência contra a criança e o adolescente (DESLANDES et al., 2004).

É crucial, dentro do possível, o envolvimento de toda a família, tendo em vista que a violência funciona sistemicamente e pode ganhar novos direcionamentos se o sistema familiar não for acolhido por inteiro. A ausência de atendimento de familiares agressores, especialmente de homens envolvidos em abuso sexual, revela uma lacuna na rede de atenção. O estigma de “agressor” sem a oportunidade de um apoio pode fazer com que a pessoa acredite que falhou de modo irreversível em seu papel de cuidador, favorecendo a reprodução de atos futuros. A escuta, a acolhida respeitosa e afetuosa e a flexibilidade de horários para atender demandas inesperadas são pontos positivos para uma boa abordagem familiar.

O livro *Famílias: parceiras ou usuárias eventuais? – análise de serviços de atenção a famílias com dinâmica de violência doméstica contra crianças e adolescentes* (DESLANDES et al., 2004) ressalta a importância de as famílias serem acolhidas nos atendimentos não apenas como usuárias dos serviços, mas sobretudo como parceiras e co-construtoras da relação de ajuda.

A partir do confronto da literatura e dos achados de serviços de referência voltados para o atendimento de famílias com dinâmica de violência contra crianças e adolescentes, foram definidas as seguintes metas para a construção de um serviço eficaz com famílias:

- Prestar uma atenção integral à família de forma contínua e sistemática.
- Negociar com a família o plano de atendimento.
- Promover um atendimento comprometido com a promoção da auto-estima e o “empoderamento” dos familiares, visando ao desenvolvimento de sua capacidade de administrar conflitos e melhorar a convivência.
- Promover estratégias para a criação de vínculos estreitos entre profissionais e família.
- Assegurar o atendimento ao autor de agressões (socioeducativo ou psicoterápico), seja no próprio serviço, seja pelo encaminhamento efetivo à rede.
- Acessar, sempre que a equipe considerar necessário, os serviços de responsabilização judicial do autor de agressões.

Confira o conceito de empoderamento na Parte I, Capítulo 5.

- Promover visitas domiciliares, ampliando o acompanhamento.
- Oferecer horários alternativos para os atendimentos realizados nos serviços.
- Buscar apoio social para garantir às famílias mais pobres o acesso ao atendimento e à melhoria de condições de sobrevivência.
- Definir coletivamente critérios para encerrar o atendimento.
- Registrar os casos de reincidência a fim de se repensar um tratamento adequado dos mesmos.
- Monitorar as situações de abandono, buscando estratégias de reincorporação aos serviços.
- Estabelecer uma rotina de notificação dos casos aos Conselhos Tutelares e, na sua ausência, aos órgãos competentes.

É preciso avançar e produzir conhecimento teórico e prático sobre a melhor forma de atender em conjunto, sempre que possível, as famílias das vítimas de violência, sejam elas de diferentes faixas etárias ou pertencentes a diversos grupos vulneráveis.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*. Brasília, MS, 2002. (Cadernos de Atenção Básica, n. 8).

CARVALHO, M.C.B. O lugar da família na política nacional. In: CARVALHO, M.C.B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002. p.15-22.

DESLANDES, S. F.; ASSIS, S. G.; SILVA, H. O. (Coord.). *Famílias: parceiras ou usuárias eventuais?: análise de serviços de atenção a famílias com dinâmica de violência doméstica contra crianças e adolescentes*. Brasília: Claves; UNICEF, 2004.

FERRARI, D.C.A.; VECINA, T.C.C. *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora, 2002.

FINKELHOR, D. Common features of family abuse. In: FINKELHOR, D. et al. (Ed.). *The dark side of families: current family violence research*. London: Sage Publication, 1983. p.11-16.

GELLES, R. An Exchange Social Theory. In: FINKELHOR, D. et al. (Ed.). *The dark side of families: current family violence research*. London: Sage Publication, 1983. p.151-165.

MEYER, D.E.E. et al. Você aprende, a gente ensina?: interrogando relações entre ações de saúde desde a perspectiva da vulnerabilidade. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1335-1342, 2006.

NÃO é fácil, não!: prevenindo a violência de homens contra mulheres. Produção do Instituto Promundo. Colaboração do Instituto NOOS (Instituto de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimento de Redes Sociais). Rio de Janeiro: Três Laranjas Comunicações, [2002]. 1 videocassete (18 min), VHS, son, color.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. (Org.). *Família: rede, laços e políticas públicas*. São Paulo: IEC/PUC-SP, 2003. p.21-36.

SEGALEN, M.A. *Sociologia da família*. Lisboa: Terramar, 1999.